Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

PROTOCOLO

Número	Data	Rubrica
3.050	03/10/2011	

DESPACHO

APROVADO

Sala das Sessões 03/10/2011

ADILSON A. GUISSO
PRESIDENTE

EMENTA

Reitera solicitação de informações ao Presidente da Câmara Municipal de Mococa sobre a organização do Arquivo Histórico da Câmara Municipal.

REQUERIMENTO Nº 1135 2011

REQUEIRO à Mesa, cumpridas as formalidades regimentais da Casa, após a manifestação do Nobre Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Mococa, vereador Adilson Guisso, para que informe a esta Casa de Leis:

a) - Como está o andamento do trabalho de organização do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mococa, bem como os trabalhos já iniciados pelo Professor e Historiador Carlos Alberto Paladini?

JUSTIFICATIVA: -

Solicito as informações acima, tendo em vista que o Arquivo Histórico foi criado por meio do **Decreto Legislativo nº 015**, de 20 de Abril de 2010, com a finalidade de resgatar, proteger, restaurar, registrar e manter em acervo próprio a memória política do Município de Mococa. Lembro ainda que, de acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal, em seu Art. 78 Inciso IV, Item 14 (pág 40), a gestão de documentação oficial e patrimônio arquivistico local é de responsabilidade da Comissão Permanente de Saúde, Educação Cultura, Lazer e Turismo, da qual sou a presidente, razão pela qual encaminho o presente requerimento.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 3 de Outubro de 2011.

Débora Ventura
Vereadora

Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 015, de 20 de abril de 2010.

Cria o Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mococa.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Mococa, em sessão realizada no dia 19 de abril de 2010, aprovou Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2010, de autoria da vereadora **Débora Soares Perucello Ventura**, e eu sanciono e promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Fica criado o Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mococa, que terá a finalidade de resgatar, proteger, restaurar, registrar e manter em acervo próprio a memória de fatos políticos, administrativos e sociais, considerados indispensáveis para a história local, devendo, ainda, funcionar como centro de pesquisa, capacitação e treinamento de pessoal técnico qualificado para a pesquisa e cuidado do arquivo.

Art. 2º Dentro das instalações físicas do Edifício "Dra. Esther de Figueiredo Ferraz", sede da Câmara Municipal, será destinado um espaço próprio para o Arquivo Histórico da Câmara, que terá a denominação de **"Arquivo Histórico Prof. Carlos Alberto Paladini".**

Art. 3º A administração do Arquivo Histórico será exercida por servidor público nomeado e designado, o qual responderá hierarquicamente à Secretaria da Câmara Municipal e deverá passar por um curso de capacitação.

Art. 4º Ao servidor responsável pelo Arquivo Histórico compete:

a) cumprir as deliberações do Presidente da Câmara Municipal e da Secretaria da Câmara;

b) zelar pelo espaço físico e instalações técnica e mobiliárias;

c) zelar pelo seu acervo;

d) catalogar e registrar em livro próprio todos os itens de seu acervo;

e) informar imediatamente e formalmente ao seu superior hierárquico qualquer irregularidade observada no recinto do Arquivo histórico e que possa comprometer ou tenha comprometido suas instalações e ou o acervo;

f) atender ordenadamente aos visitantes e, no que for possível, prestar-lhes as informações solicitadas;

g) representar o Arquivo Histórico em eventos inerentes às suas atividades, dentro ou fora do Município, desde que designado ou autorizado pelo seu superior hierárquico;

DECRETO LEGISLATIVO Nº 015, de 20 de abril de 2010.

Art. 5º O Arquivo Histórico será constituído de móveis, equipamentos, documentos considerados de valor histórico e aqueles obtidos através de doações e legados.

§ 1º - Os documentos existentes na Câmara Municipal e aqueles recebidos por doação serão avaliados por uma Comissão Especial, designada pela Mesa Diretora da Câmara, composta por um servidor efetivo do quadro funcional da Câmara Municipal dois especialistas na área de história e dois cidadãos de notável saber histórico e cultural.

§ 2º - Todos os documentos e outros objetos que constituem o Arquivo Histórico são reconhecidos como parte integrante do patrimônio da Câmara Municipal.

§ 3º - As doações e outras formas legais de aquisição não onerosa de acervo, feitas para o Arquivo Histórico só se oficializarão mediante a entrega do competente "Termo de Doação" assinado pelo doador e em seguida, com a entrega do "Termo de Recebimento de Doação" assinado pelo Presidente da Câmara Municipal.

Art. 6º Não será permitida a retirada, por empréstimo ou por qualquer outra forma, de nenhuma peça ou unidade do acervo.

Art. 7º Não serão permitidos empréstimos, doações, trocas e rasuras de qualquer unidade do acervo.

§ 1º - A cópia xerográfica de documentos do acervo somente será permitida mediante requerimento do interessado devidamente identificado e dependerá de deferimento exarado pelo Presidente da Câmara Municipal.

§ 2º - Todas as cópias xerográficas de documentos, desde que devidamente fornecidas, serão antes carimbadas com identificação do Arquivo Histórico.

Art. 8º Serão permitidas visitas ao Arquivo Histórico somente durante o horário de expediente da Câmara Municipal.

§ 1º - As visitas serão realizadas após o visitante preencher devidamente o livro de visitas, que será aberto e encerrado pela Secretaria da Câmara Municipal.

§ 2º - Não é permitido ao visitante, isoladamente, manusear o acervo do Arquivo Histórico e nem fotografar, salvo se não houver prejuízo ao documento e tratar-se de interesse público, cultural, pedagógico e jornalístico.

§ 3º - A Câmara Municipal providenciará a adequada divulgação da criação, do funcionamento e da disponibilidade pública do Arquivo Histórico.

Art. 9º A Secretaria da Câmara Municipal providenciará a triagem dos documentos existentes na Câmara, e parceria com a Comissão Especial do Arquivo Histórico, desde que os considere de valor histórico, e encaminhará ao Arquivo Histórico, para que passem a fazer parte do acervo, elaborando-se o devido Termo, conforme determinam as normas estabelecidas para o Arquivo Histórico.

Art. 10 O acervo fotográfico que compõe a galeria dos Ex-Presidentes da Câmara Municipal, embora podendo permanecer onde se encontra, passará a integrar o Arquivo Histórico.

§ 1º - Os atuais registros fotográficos e fonográficos, bem como outros de igual valor cultural e histórico, resultantes de ação técnico-mecânica, passam a integrar o acervo do Arquivo Histórico da Câmara Municipal.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 015, de 20 de abril de 2010.

§ 2º - Para o adequado arquivamento e ou exposição do acervo fotográfico serão providenciados equipamentos especiais para a sua conservação.

Art. 11 As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto Legislativo correrão por conta de verbas próprias do orçamento da Câmara Municipal, suplementadas, se necessário.

Art. 12 Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Mococa, 20 de abril de 2010.

FRANCISCO CARLOS CÂNDIDO
Presidente

DÉBORA SOARES PERUCELLO VENTURA
1º Secretária

EDUARDO ANTÔNIO BAISI
2º Secretário